

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA

SURYANE NABHEM KALLUF

POLÍTICAS INDUSTRIAIS PARA A INDÚSTRIA DE SERVIÇO DE
TELECOMUNICAÇÃO – BRASIL E PARANÁ

Curitiba
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA

SURYANE NABHEM KALLUF

POLÍTICAS INDUSTRIAIS PARA A INDÚSTRIA DE SERVIÇO DE
TELECOMUNICAÇÃO – BRASIL E PARANÁ

Trabalho de conclusão de curso
apresentada ao Curso de MBA em
Gestão Estratégica do setor de
Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Cleverson Renan
da Cunha

Curitiba

2011

RESUMO

Este estudo objetiva analisar o cenário atual da indústria de serviço em telecomunicação no Brasil e no Paraná, visando propor políticas públicas industriais, horizontais e verticais como ferramentas para a promoção e desenvolvimento do setor e da economia. Para tanto, as propostas e reflexões da política pública no âmbito nacional e estadual, são construídas e sustentadas do diagnóstico setorial e da definição de política industrial

PALAVRAS-CHAVES: Brasil, Paraná, Políticas Industriais, Serviço de Telecomunicação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PRODUZIDO COMO % DAS RECEITAS (2002-2008).....	7
FIGURA 1 – CARGA TRIBUTÁRIO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO	8
QUADRO 1 – LINHA DO TEMPO PARA O SETOR DE TELECOMUNICAÇÃO	12
QUADRO 2 – RESUMO DAS PROPOSTAS DO PDP PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÃO	15
QUADRO 3 – RESUMO DAS PROPOSTAS DO PDP PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÃO ADAPTADAS PARA O PARANÁ.....	17
QUADRO 4 – RESUMO DAS PROPOSTAS PARANÁ NO SETOR DE SERVIÇO EM TELECOMUNICAÇÃO	20

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – INDICADORES GERAIS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES	5
TABELA 2 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA E VALOR ADICIONADO TELECOMUNICAÇÃO	7
TABELA 3 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE 2002-2007	9
TABELA 4 – PESSOAS EMPREGADAS NO SETOR BRASIL E PARANÁ DE 2002- 2007	9
TABELA 5 – REMUNERAÇÃO E HORAS CONTRATADAS BRASIL E PARANÁ DE 2002-2007	10
TABELA 6 – GRAU DE INSTRUÇÃO NO SETOR DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO NO BRASIL E PARANÁ EM 2007	11

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 DEFINIÇÃO DE POLÍTICA INDUSTRIAL E SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO	2
1.1 POLÍTICA INDUSTRIAL	2
1.2 SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO	2
2 CENÁRIO NACIONAL	3
2.1 EVOLUÇÃO DA DEMANDA	3
2.2 EVOLUÇÃO DA OFERTA.....	6
2.2.1 Panorama Geral do Setor.....	6
2.2.1.1 Receita Operacional Líquida e Valor Adicionado	6
2.2.1.2 Composição do Setor de Telecomunicação	8
2.2.1.3 Estrutura Empregatícia	9
2.2.1.4 Linha do Tempo – Serviço de Telecomunicação.....	11
3 POLÍTICA INDUSTRIAL	14
3.1 PROPOSTA DO PDP PARA O SETOR DE TELECOMUNICAÇÃO	14
3.2 SUGESTÃO DE PROPOSTAS PARA O ESTADO DO PARANÁ	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

INTRODUÇÃO

A tecnologia da Informação e Comunicação é um dos setores mais importantes da economia, uma vez que o mesmo pode proporcionar o desenvolvimento econômico do país e está presente em quase todas as atividades econômicas, na vida cotidiana. Em diversos setores da economia a TIC tornou-se a base, sendo empregada desde no controle de processos produtivos, bens de capital, até as atividades agropecuárias, comércio, serviços, mercado financeiro e projetos de engenharias. A OCDE, em recente pesquisa, tanto no que diz respeito a produtividade da própria economia, quanto na importante redução da desigualdade social e educacional e no aumento da democratização do conhecimento e informação.

Dentre os itens que compõem a TIC estão os serviços de telecomunicações, estes que podem ser considerados como infra-estrutura, pois pode promover o desenvolvimento sócio- econômico e por ser condição necessária para o uso de outras TICs. Do ponto de vista do desenvolvimento social, a promoção da infra-estrutura advindas dos serviços de telecomunicação é enorme passando pela inclusão digital, educação à distância, governo eletrônico, tele-medicina entre outros. Em outras palavras o acesso a uma boa infra-estrutura de rede e serviços de telecomunicações pode gerar uma externalidade positiva para a sociedade como um todo.

Assim, ao analisar o cenário atual da indústria de serviço em telecomunicação no Brasil e no Paraná, remetem propor políticas públicas industriais, como ferramentas para a promoção e desenvolvimento do setor e da economia. Vale lembrar que serão enfatizadas as políticas verticais, porém sem deixar de analisar, os aspectos horizontais econômicos.

Como metodologia, o presente estudo está dividido em três seções, sendo que a primeira define e conceitua política industrial e serviço de telecomunicação; a segunda, analisa, compreende e interpreta os dados do diagnóstico, do setor no Brasil e no Paraná; a terceira abrange propostas para políticas públicas no âmbito nacional e estadual.

1 DEFINIÇÃO DE POLÍTICA INDUSTRIAL E SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO

1.1 POLÍTICA INDUSTRIAL

Existem diversos conceitos de política industrial partindo do stritus senso para o lato senso. Sendo assim, a política industrial, no conceito stritus senso, pode ser entendida como uma política que afeta o bem estar econômico do país através da intervenção na alocação de recursos entre as indústrias ou em organizações industriais, não abordando as políticas macroeconômicas, regionais, de distribuição de renda e voltadas para pequenas e médias como mecanismos que afetam o setor e o ambiente econômico.

Por outro lado, a definição de política industrial, conceituado no sentido amplo (lato senso) se preocupa com os fatores que afetam o ambiente como um todo e não, somente, os direcionados para determinados setores da indústria.

Dessa forma, desta forma, este estudo, conceitua política industrial como um conjunto amplo de medidas que através de mecanismos diretos e indiretos afetam o setor de telecomunicação.

“Política industrial como um conjunto abrangente de medidas e programas que direta ou indiretamente afetam o setor industrial. Considera-se como parte de uma política (ou estratégia) industrial os seguintes elementos: planejamento geral indicativo, formalização de diretrizes e objetivos, organização institucional específica, articulação com a política macroeconômica (juros, câmbio, produtividade e produto potencial), targeting de indústria ou tecnologias específicas, instrumentos e políticas auxiliares (políticas de comércio exterior, financiamento, políticas de fomento, políticas de qualidade e produtividade, políticas voltadas para PME’s e políticas de regulação e concorrência), investimentos em infra-estrutura econômica e de ciência e tecnologia, sistema educacional e treinamento de mão-de-obra e formação de recursos humanos” Suzigan (1996, p.6)

1.2 SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO

O serviço de telecomunicação pode ser entendido¹ como: a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético.

¹ Definição TELEBRASIL

Os Serviços de Telecomunicações são feitos por agentes que possuem concessão, permissão ou autorização para a prestação do serviço que inclui incluindo Telefonia Fixa, Telefonia Celular, SME (Trunking), Telecomunicações por Satélites, provedores de Acesso à Internet, transmissão e recepção de sinais de TV e Rádio, serviços de instalação e outros.

2 CENÁRIO NACIONAL

2.1 EVOLUÇÃO DA DEMANDA

O setor de telecomunicações, após os anos 90 vive um momento de transformações relativas a questões regulatórias, de privatizações, socialização, entre outros. O processo de privatização foi extremamente importante para atrair investimentos diretos estrangeiro propiciando uma modernização da infra-estrutura na telecomunicação do país, além da expansão nas atividades dos fornecedores de equipamentos e serviços.

Esse processo expandiu a quantidade de acessos aos serviços de telecomunicações, dessa forma em 2007, 77,0% dos domicílios tinham acesso aos serviços telefônicos, cenário diferente de 1998, ano da privatização dos serviços de telecomunicações, no qual somente 32,0% dos domicílios tinham acesso aos serviços.

Em 1995 apenas 5% da população tinham acesso a telefonia celular, enquanto que esse percentual pula para 65% em 2006. No ano de 2004 apenas 49,5% dos municípios eram atendidos pela telefonia celular, em apenas quatro anos mais de 80% dos municípios são atendidos pela telefonia celular. Esses resultados mostram a rapidez do crescimento do setor e a importância este para a economia e para vida cotidiana.

No que diz respeito ao serviço de TV por assinatura 66 milhões de brasileiros usufruem do acesso, em 483 municípios do país. A densidade do serviço de TV por

Assinatura manteve-se estável até 2004, no primeiro trimestre de 2009 passou a ser de 3,5 assinantes por 100 habitantes.

A cobertura das redes de acesso em banda larga está restrita a população com maior poder aquisitivo, o que torna este serviço muito distante da população e o Brasil muito distante dos países desenvolvidos quanto à penetração da banda larga. No primeiro trimestre de 2009 apenas 10,4% da população tem acesso a esse serviço.

A tabela abaixo demonstra a evolução do setor de serviço em telecomunicação.

TABELA 1 – INDICADORES GERAIS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

INDICADORES	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
TOTAL DE TELEFONES (milhões)	27,4	40	54,1	66,1	73,7	85,5	105,2	126	138,7	160,4
DENSIDADE TOTAL DE TELEFONES (total)	16,8	24,2	32,4	39	42,9	48,3	58,7	68,1	73,9	84,3
ACESSO FIXO INSTALADO (milhões)	22,1	27,8	38,3	47,8	49,2	49,8	50	50,5	51,2	52,7
DENSIDADE TELEFONICA INSTALADA (acesso instalado / 100 habitantes)	13,6	16,8	23,1	28,2	28,7	28,2	27,9	27,3	27,3	27,7
ACESSO TELEONE FIXO EM SERVIÇO (milhões)	20	25	30,9	37,4	38,8	39,2	39,6	39,8	38,8	39,4
DENSIDADE TELEFONICA EM SERVIÇO (acesso instalado / 100 habitantes)	12,4	15,1	18,6	22,1	22,6	22,2	22,1	21,5	20,7	20,7
ACESSO MÓVEL CELULAR (mil)	7.368,2	15.032,7	23.188,2	28.745,8	33.188,2	3.377,3	-	-	-	-
ACESSO MOVEL PESSOAL (milhões)	-	-	-	-	1,7	43	65,6	86,2	99,9	120,9
DENSIDADE TELEFONIA MOVEL (acesso/100 habitantes)	4,5	9,1	14	17	20,3	26,2	36,6	46,6	53,2	63,6
SERVIÇO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA (mil assinaturas)	2.575,5	2.799,6	3.426,2	3.607,0	3.553,8	3.596,3	3.851,1	4.176,4	4.579,4	5.348,6
DENSIDADE SERVIÇO TV POR ASSINATURA (assinaturas/100 domicílios)	6,2	6,5	7,7	8	7,7	7,6	7,9	8,3	8,9	10,2
ACESSO BANDA LARGA (milhões)	-	0,1	0,2	0,3	0,7	1,2	2,3	3,9	5,7	7,7
DENSIDADE SERVIÇO DE BANDA LARGA	-	0,03	0,1	0,2	0,4	0,7	1,3	2,1	3	4,1

FONTE: ANATEL
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

2.2 EVOLUÇÃO DA OFERTA

O setor de telecomunicação sofreu uma grande transformação nas duas últimas décadas. No começo da década de 1990 teve-se um grande aumento do serviço de telecomunicação, como consequência dos altos investimentos e da reestruturação da infra-estrutura. Neste sentido, as empresas do ramo esperavam um enorme aumento da demanda, no entanto tal expectativa não foi atendida e viu-se um excesso de oferta que só foi superado no recente período de expansão do setor através da inovação em mobilidade do telefone e no acesso a internet.

2.2.1 Panorama Geral do Setor

Essa seção tem por objetivo mostrar os dados gerais do setor e a crescente importância do mesmo.

2.2.1.1 Receita Operacional Líquida e Valor Adicionado

Conforme a tabela 2 é possível observar o aumento crescente da receita operacional líquida e do valor adicionado do setor de telecomunicação.

Vale ressaltar a importância do valor adicionado, este que pode cumprir o papel de identificar a riqueza gerada pelas empresas e como essa riqueza foi distribuída, no atual caso, é quanto o setor de serviço de telecomunicação contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O valor adicionado apresentou-se, conforme informado anteriormente, crescente no período de 2002 e 2006, no entanto é interessante observar como essa riqueza é distribuída.

Nos anos entre 2002 e 2008 o valor adicionado produzido como percentual da receita foi de 49,4%. Deste 30,4% é destinado para impostos, taxas e contribuições (gráfico 1). O peso da carga tributária fica mais evidente quando comparado com

outros países (figura 1). Fator, este, que dificulta o Brasil torna-se um país mais competitivo no setor.

TABELA 2 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA E VALOR ADICIONADO TELECOMUNICAÇÃO

ANO	Receita Operacional Líquida 1 000 R\$	Valor Adicionado
2002	59.450.162	26.684.477
2003	67.940.713	31.907.267
2004	79.850.976	34.281.171
2005	87.130.797	36.733.544
2006	88.781.311	39.219.663

FONTE: IBGE
Elaboração Própria

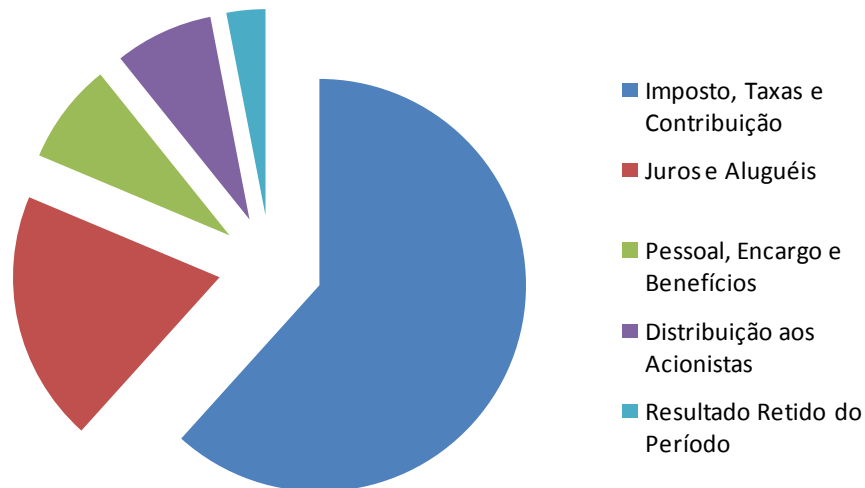


GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PRODUZIDO COMO % DAS RECEITAS (2002-2008)

FONTE: TELEBRASIL
Elaboração Própria

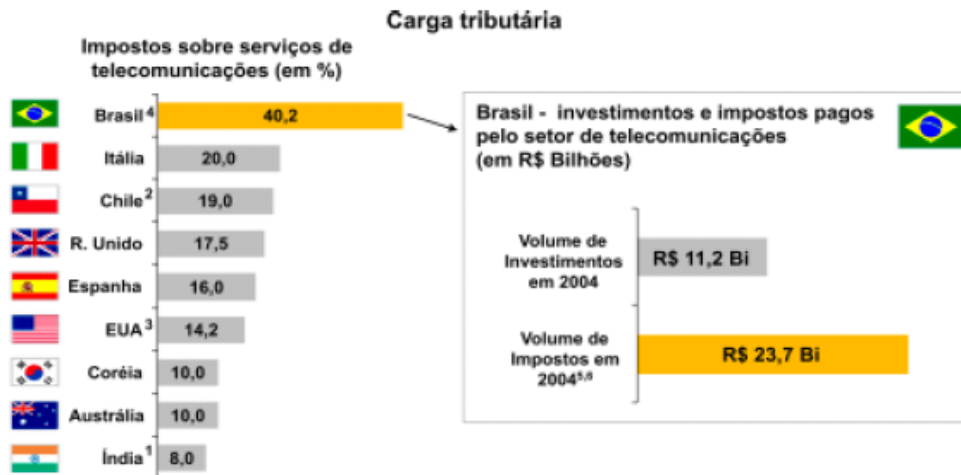


FIGURA 1 – CARGA TRIBUTÁRIO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO
 FONTE: TELEBRASIL 2006

2.2.1.2 Composição do Setor de Telecomunicação

A estrutura de mercado do setor, não somente no Brasil, é altamente concentrado e oligopolizado, sendo assim, o setor de serviços de telecomunicações é caracterizado pela consolidação entre prestadoras, pela grande rivalidade e por alianças inter-segmentos. Dessa forma as estratégias competitivas estão ligadas a fusões e aquisições. No Brasil, 92% do faturamento na telefonia fixa estão concentrados nas quatro maiores empresas de telefonia fixa¹ do total de treze empresas.

A tabela abaixo mostra a pouca representatividade da quantidade de estabelecimentos no Paraná. O Estado de São Paulo possui 21% dos estabelecimentos do setor, o que expõe a baixa representatividade do Paraná e a oportunidade de crescimento.

¹ Faturamento Líquido

TABELA 3 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE 2002-2007

Estabelecimentos			
ANO	Brasil (a)	Paraná (b)	b/a (%)
2002	2.950	199	6,75%
2003	2.549	173	6,79%
2004	2.698	188	6,97%
2005	2.901	209	7,20%
2006	3.820	281	7,36%
2007	3.528	236	6,69%

FONTE: RAIS
Elaboração Própria

2.2.1.3 Estrutura Empregatícia

O Setor de telecomunicação, conforme dito anteriormente vem sofrendo um processo de transformação propiciando um maior investimento no setor, este investimento vem promovendo um aumento da produtividade do trabalhador e conseqüentemente uma redução da força de trabalho na área. O Paraná segue a tendência nacional, no entanto em proporções menores.

TABELA 4 – PESSOAS EMPREGADAS NO SETOR BRASIL E PARANÁ DE 2002-2007

Emprego			
ANO	Brasil (a)	Paraná (b)	b/a (%)
2002	169.464	12.082	7,13%
2003	150.265	8.477	5,64%
2004	155.878	14.602	9,37%
2005	164.136	19.804	12,07%
2006	162.405	14.842	9,14%
2007	123.166	10.974	8,91%

FONTE: RAIS
Elaboração Própria

A Tabela 5 é um quadro comparativo da massa média salarial do setor, do total de horas contratadas e da remuneração média por hora, entre 2002 e 2007, para o Brasil, e Paraná. Observa-se que a remuneração no estado é 18% inferior ao do país mesmo possuindo qualificação da mão-de-obra semelhante ao do Brasil (tabela 6).

A tabela 6 também permite concluir que este é um setor que exige uma mão-de-obra com alto grau de instrução, uma vez que mais de 90% dos trabalhadores têm escolaridade superior ao de ensino médio completo e quase 52% tem ensino superior.

TABELA 5 – REMUNERAÇÃO E HORAS CONTRATADAS BRASIL E PARANÁ DE 2002-2007

ANO	Remuneração		Horas Contratadas		Remuneração/Hora Contratada	
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
2002	200.728.169,77	9.197.432,46	4.315.947	220.958	46,51	41,63
2003	200.683.709,28	10.056.127,39	3.651.020	254.848	54,97	39,46
2004	257.167.576,43	17.698.642,89	4.592.531	453.082	56,00	39,06
2005	285.364.691,05	20.308.727,47	4.780.713	540.304	59,69	37,59
2006	294.697.401,34	18.175.696,16	4.393.744	379.106	67,07	47,94
2007	330.462.842,90	20.184.048,22	5.081.677	437.174	65,03	46,17

FONTE: RAIS
Elaboração Própria

TABELA 6 – GRAU DE INSTRUÇÃO NO SETOR DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO NO BRASIL E PARANÁ EM 2007

Grau de Instrução	Brasil		Paraná	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Analfabeto	16	0,01%	0	0,00%
Até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	221	0,18%	29	0,26%
5ª ano Completo do Ensino Fundamental	907	0,74%	51	0,46%
Do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	1.481	1,20%	188	1,71%
Ensino Fundamental Completo	3.718	3,02%	298	2,72%
Ensino Médio Incompleto	3.642	2,96%	488	4,45%
Ensino Médio Completo	50.038	40,63%	5.260	47,93%
Educação Superior Incompleta	17.292	14,04%	1.693	15,43%
Educação Superior Completa	45.667	37,08%	2.962	26,99%
Mestrado Completo	110	0,09%	4	0,04%
Doutorado Completo	74	0,06%	1	0,01%
Total	123.166	100,00%	10.974	100,00%

FONTE: RAIS
Elaboração Própria

2.2.1.4 Linha do Tempo – Serviço de Telecomunicação

Nessa seção serão apresentadas, através da linha do tempo, os instrumentos, instituições, inovações legais e outras ferramentas criadas e que ao longo do tempo estão sendo utilizadas como mecanismos para favorecer e promover o setor de telecomunicação.

QUADRO 1 – LINHA DO TEMPO PARA O SETOR DE TELECOMUNICAÇÃO

ANO	Instituições	Instrumentos	Inovações Legais	Outros Pontos Relevantes
1951		Criação do CNPq e CAPES		
1952	Criação do BNDE			
1961	Criação do BRDE			
1962	Criação CONTEL - Conselho Nacional de Telecomunicações/ DENTEL - Departamento Nacional de Telecomunicações como sua secretaria executiva/ FNT - Fundo Nacional de Telecomunicações	Criação do Sistema Nacional de Telecomunicações	Código Brasileiro de Telecomunicações	
1965	Criação da EMBRATEL			
1967	Criação do Ministério das Comunicações			
1969	Criação da Finep			
1972	Criação da TELEBRÁS			
1982	BNDE passa a ser BNDES			
1990				Plano Nacional de Desestatização
1993		Incentivos Fiscais para P&D		
1994		Programa Mão à Obra Brasil		
1995	Criação do PASTE - Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal	Aprofundamento do PND: energia, telecomunicações, mineração, ferrovias, bancos, etc	Lei da TV a Cabo	

1997	Criação do Conselho Nacional de Desestatização /Criação da ANATEL/ Agência de Desenvolvimento do Paraná (Agência de Fomento do Paraná)		Lei Geral das Telecomunicações/ Nova Lei de Radiodifusão	Lei nº 9.472 da Fundação CPqD
1998				Privatização dos Serviços de Telecomunicações
2000		FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações/ FUNTTEL -Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações Brasileiras		
2001			Deixa de existir limite para o número de prestadoras de STFC por região/ Criação da Lei da Informática	
2003	Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital/COSIT -Comissão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações do Estado		Novo Decreto de Políticas Públicas de Telecomunicações	Novo Plano de Qualificação Profissional – PNQ
2004			Decreto 4.733 -políticas públicas de telecomunicações, incluindo as políticas relativas aos serviços de telecomunicações, à indústria de telecomunicações e ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações/ Lei de Inovação	
2005		BNDES para o setor de telecomunicações		

2006			Lei do Bem	
2007		Reduz ICMS no Paraná para as operações internas e interestaduais com produtos de informática, automação e telecomunicação,	Lei dos Semicondutores e da TV Digital	
2008		PITCE		

FONTE: ANATEL/MC/FIPE
Elaboração Própria

3 POLÍTICA INDUSTRIAL

Esta seção tem por objetivo apontar os principais desafios, propor metas e ações para o desenvolvimento do setor de serviço em telecomunicação.

3.1 PROPOSTA DO PDP PARA O SETOR DE TELECOMUNICAÇÃO

O quadro 2, de forma sucinta, sintetiza a estratégia, desafios, metas e ações propostas no PDP, tanto quanto as instituições/instrumentos pertinentes para cada ação e as instituições responsáveis pela gestão da política industrial. O quadro 3 busca transpor as avaliações e recomendações do PDP para o âmbito estadual - Paraná.

QUADRO 2 – RESUMO DAS PROPOSTAS DO PDP PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÃO

BRASIL						
Estratégia Geral	Desafios	Metas	Ações	Instituições	Instrumentos	Responsável
Focalização e ampliação do acesso	Ampliar o acesso da população aos benefícios das TICs: banda larga, informática e TV Digital	Garantir o acesso à Banda Larga a 100% das escolas públicas urbanas em 2010	Fomento à Inclusão Digital - Financiamento à aquisição de sistemas de informática nas escolas dos municípios conectados por Banda Larga	Casa Civil/ Ministério da Comunicação/ Ministério da Ciência e Tecnologia/MDIC/MPOG	Lei do Bem/BNDES/ABDI:ENTICs/M. Com: FUST GESAC/SENAI	CEF/BB/BNDES/MC
Focalização e ampliação do acesso	Ampliar a capacidade instalada de Banda Larga (comunicações, <i>wireless</i> e comunicações por rádio e satélite)	Dobrar a base instalada de computadores nos domicílios brasileiros	Fomento à Inclusão Digital - Financiamento à aquisição de sistemas de informática nas escolas dos municípios conectados por Banda Larga	Casa Civil/ Ministério da Comunicação/ Ministério da Ciência e Tecnologia/MDIC/MPOG	Lei do Bem/BNDES/ABDI:ENTICs/M. Com: FUST GESAC/SENAI	CEF/BB/BNDES/MC
Focalização e ampliação do acesso	Elevar investimento em inovação em tecnologias prioritárias	Oferecer serviços de interatividade na TV Digital terrestre para área de cobertura de 30 milhões de domicílios	Fomento à Inclusão Digital - Novo PROTVD - Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital (Fornecedor, Radiodifusão, Conteúdo e Consumidor)	Casa Civil/ Ministério da Comunicação/ Ministério da Ciência e Tecnologia/MDIC/MPOG	FINEP/FUNTTTEL/BNDES/Lei de Inovação/Lei de Informática/CNPq/CAPES bolsas RHAIE/INPI: gestão da propriedade intelectual/ABDI: ENTICs/MCT: SIBRATEC/SENAI: formação e treinamento/Lei do Bem	BNDES

			Dotação: US\$ 2 bilhões			
Focalização e ampliação do acesso	Ampliar o acesso da população aos benefícios das TICs: banda larga, informática e TV Digital	Ampliar o acesso à Internet para 25% dos domicílios brasileiros	Fomento à Inclusão Digital -Novo "Cidadão Conectado – Computador para Todos" (inclusão de notebooks), com dotação de R\$600 milhões (até dez. 2008)	Casa Civil/ Ministério da Comunicação/ Ministério da Ciência e Tecnologia/MDIC/MPOG	BNDES/Lei do Bem/Lei de Informática/FINEP/FUST FUNTTEL/FISTEL/GSAC/Anatel/Lei de ZFM/Lei 11.484/07 medidas de incentivo PADTV	BNDES

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO

QUADRO 3 – RESUMO DAS PROPOSTAS DO PDP PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÃO ADAPTADAS PARA O PARANÁ

PARANÁ						
Estratégia Geral	Desafios	Metas	Ações	Instituições	Instrumentos	Responsável
Focalização e ampliação do acesso	Ampliar o acesso da população aos benefícios das TICs: banda larga, informática e TV Digital	Garantir o acesso à Banda Larga a 100% das escolas públicas urbanas em 2010	Fomento à Inclusão Digital - Financiamento à aquisição de sistemas de informática nas escolas dos municípios conectados por Banda Larga	Secretaria Estadual de Educação/ Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos/Agência de Fomento do Estado/Secretaria Estadual da Fazenda	Lei do Bem/BNDES/ABDI:ENTICs/M. Com: FUST GESAC/SENAI	CEF/BB/BNDES
Focalização e ampliação do acesso	Ampliar a capacidade instalada de Banda Larga (comunicações, <i>wireless</i> e comunicações por rádio e satélite)	Dobrar a base instalada de computadores nos domicílios brasileiros	Fomento à Inclusão Digital - Financiamento à aquisição de sistemas de informática nas escolas dos municípios conectados por Banda Larga	Secretaria Estadual de Educação/ Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos/Agência de Fomento do Estado/Secretaria Estadual da Fazenda	Lei do Bem/BNDES/ABDI:ENTICs/M. Com: FUST GESAC/SENAI	CEF/BB/BNDES/MC
Focalização e ampliação do acesso	Elevar investimento em inovação em tecnologias prioritárias	Oferecer serviços de interatividade na TV Digital terrestre	Fomento à Inclusão Digital -fazer parceria com o governo nacional e participar do Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital	Casa Civil/ Ministério da Comunicação/ Ministério da Ciência e Tecnologia/MDIC/MPOG/ Secretaria Estadual de Educação/ Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos/Agência de Fomento do Estado/Secretaria Estadual da Fazenda	FINEP/FUNTEL/BNDES/Lei de Inovação/Lei de Informática/CNPq/CAPES bolsas RHAE/INPI: gestão da propriedade intelectual/ABDI: ENTICs/MCT: SIBRATEC/SENAI: formação e treinamento/Lei do Bem	BNDES

Focalização e ampliação do acesso	Ampliar o acesso da população aos benefícios das TICs: banda larga, informática e TV Digital	Ampliar o acesso à Internet para 25% dos domicílios paranaense	Fomentar políticas estaduais de aumento do crédito e da renda familiar.	Secretaria Estadual da Fazenda	BNDES/Lei do Bem/Lei de Informática/FINEP/FUST FUNTEL/FISTEL/GSAC/Anatel/Lei de ZFM/Lei 11.484/07 medidas de incentivo PADTV	BNDES

3.2 SUGESTÃO DE PROPOSTAS PARA O ESTADO DO PARANÁ

O quadro 4 é uma tentativa de analisar o estado, abordar os desafios visualizados e propondo metas e ações para o desenvolvimento do setor de serviço de telecomunicação para o Paraná. Vale ressaltar que não foram abordados todos os pontos, mas os mais significativos para tornar o setor mais competitivo diante os demais estados do Brasil e no mundo.

QUADRO 4 – RESUMO DAS PROPOSTAS PARANÁ NO SETOR DE SERVIÇO EM TELECOMUNICAÇÃO

Estratégia Geral	Desafios	Metas	Ações	Gestão	Instrumentos/Instituições
Escala das Empresas	Aumentar o ganho de escala das empresas	Universalização dos serviços de telecomunicação para atingir mais de 70% da população paranaense	Fomentar ações de universalização dos serviços de telecomunicações, tanto políticas que promovam o rendimento médio da população e diminuam a concentração de renda	Agência de Fomento do Estado/ Anatel/ Governo brasileiro em geral/ Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP/Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	CEF/BB/BNDES/MC/TEM/MDIC
Financiamento	Tornar mais acessível o acesso ao financiamento	No médio prazo aumentar os recursos do BNDES e IDE no setor	Viabilizar um Programa com foco no financiamento das PMEs atuantes no segmento de serviços de terceiros, consultoria, projetos, treinamento e implementação de redes.	Agência de Fomento/ Secretaria Estadual da Fazenda	BNDES/MRE
Financiamento	Ampliar financiamentos estaduais	No médio prazo tornar os financiamentos estaduais significativos para o diferencial competitivo do setor	Articular redes de financiamentos estaduais para promover o avanço do setor, diminuindo a dependência por financiamento de âmbito nacional	Agência de Fomento do Estado/Secretaria Estadual da Fazenda/Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos/ Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	BNDES/BRDE/SETI
Financiamento	Melhorar a articulação na utilização dos recursos	No curto prazo aumentar a aplicação dos recursos dos fundos do setor (FUNTTEL e FUST)	Desenvolver uma política articulada e promover uma revisão nas legislações vigentes ligadas aos fundos	Anatel/ Ministério da Comunicação	FUNTTEL/FUST/Ministério das Comunicações

Grau de utilização da capacidade	Ampliar a capacidade instalada das empresas de telecomunicação	No curto prazo aumentar a demanda pelos serviços de telecomunicação através da redução das tarifas cobradas. Esta redução estaria baseada em menores cargas tributárias no setor.	Viabilizar uma redução dos tributos (principalmente ICMS) para o setor de serviços de telecomunicações.	Secretaria da Estadual da Fazenda	CONFAZ
Incentivos Fiscais	Atrair empresas do setor, principalmente de call center	Fortalecer o diferencial competitivo através de redução de tributos	Tentar articular a diminuição dos tributos, com ICMF diferenciado para cada perfil de empresa	Secretaria da Estadual da Fazenda	CONFAZ
Insumos Importados	Diminuir a dependência do Setor por insumos importados	No médio prazo consolidar uma rede de fornecedores nacionais qualificados	Fomentar o estabelecimento nos parques tecnológicos voltado para as empresas de serviço de tecnologia para o setor de telecomunicação. Propor incentivos fiscais para as empresas de insumos e articular parcerias entre empresas e universidades	Secretaria Estadual de Educação/ Universidades/ Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos/Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP/ Sistema FIEP/ Secretaria da Fazenda/CONFAZ/ Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	SENAI/CNPq/CAPES bolsas RHAE/SETI
Legislação	Adequar as legislações vigentes	No curto prazo adotar uma legislação que trate de forma diferenciada os vários segmentos do setor.	Formatar uma política que estabeleça uma legislação moderna estimulando a prestação de serviços integrados de comunicações.	Anatel/ Ministério da Comunicação/Casa Civil	Anatel/ Ministério da Comunicação
Proximidade com o Mercado	Aumentar a participação do estado no total de estabelecimentos e empregos	No longo prazo desviar a prestação de serviço para consumidores (grandes e pequenos) para o Paraná	Incentivos para que grandes empresas consumidoras se desloquem para o Paraná	Agência de Fomento/ Secretaria Estadual da Fazenda/Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos/Casa Civil/ Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	SENAI/CNPq/CAPES bolsas RHAE/CONFAZ

Qualidade e Disponibilidade de Mão-de-Obra	Ampliar a qualificação de Mão-de-Obra	Oferecer uma das melhores mão-de-obra do Brasil	Aumentar as verbas estaduais para a formação de mão-de-obra de acordo com as tendências do mercado	Secretaria Estadual de Educação/ Universidades/ Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos/Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP/ Sistema FIEP/Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	FINEP/FUNTTTEL/BNDES/Lei de Inovação/Lei de Informática/CNPq/CAPES bolsa RHAIE/INPI: gestão da propriedade intelectual/ABDI: ENTICs/MCT: SIBRATEC/SENAI: formação e treinamento/Lei do Bem
Serviço de Terceiros	Melhorar a prestação de serviço de terceiros	Qualificar as pessoas e empresas que prestam serviços terceirizados de consultoria e projetos	Fomentar o estabelecimento nos parques tecnológicos voltado para a prestação de serviço de tecnologia terceirizada para o setor de telecomunicação. E elaborar políticas de treinamento no estado através de parcerias.	Secretaria Estadual de Educação/ Universidades/ Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos/Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP/ Sistema FIEP	FINEP/FUNTTTEL/BNDES/Lei de Inovação/Lei de Informática/CNPq/CAPES bolsa RHAIE/INPI: gestão da propriedade intelectual/ABDI: ENTICs/MCT: SIBRATEC/SENAI: formação e treinamento/Lei do Bem
Universalização do Acesso	Constituir parceria público-privado	No curto prazo constituir parceria entre a rede público-privada para ampliar o acesso da população aos serviços de telecomunicação	Elaborar políticas de universalização do serviço de acesso em banda larga através de redes públicas abertas que podem ser feitas por meio de parcerias público-privadas.	Agência de Fomento/ Secretaria Estadual da Fazenda/Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos/Anatel	BNDES/Lei do Bem/Lei de Informática/FINEP/FUST FUNTTTEL/FISTEL
Universalização do Acesso	Ampliar o acesso a computadores	No curto prazo aumentar em 25% a quantidade de computadores no estado	Fomentar políticas estaduais de aumento do crédito e da renda familiar.	Secretaria Estadual da Fazenda/Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	BNDES/Lei do Bem/Lei de Informática/FINEP/FUST FUNTTTEL/FISTEL/CEF/BB/BNDES/MC

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia da Informação e Comunicação é considerada um dos setores fundamentais para as economias, pois promove o desenvolvimento da infraestrutura, desenvolvimento econômico e social.

O serviço de telecomunicação é um dos setores de compõe a tecnologia da informação e comunicação (TIC). Este, nas últimas duas décadas está passando por processo de transformação estrutural – abertura comercial, privatizações, IDE, mudanças regulatórias, junções, entre outros – e tecnológica, uma vez que o com a demanda, de certa forma, saturada houve a necessidade de inovar e reinventar a telecomunicação.

Uma política industrial ampla que abrange os diversos fatores do ambiente e que envolve as ferramentas diretas e indiretas que afetam o setor de telecomunicação gera externalidades positivas em toda a economia. Dessa forma, este estudo fez uma reflexão, baseado na situação atual, sobre possíveis mecanismos para promover o desenvolvimento industrial do setor de serviço de telecomunicação no Brasil e no Paraná, através de propostas de políticas verticais e horizontais que envolvam os diversos mecanismos, agentes e instrumentos para a sua realização.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Telecomunicações. **ANATEL**. Brasília, 2009.

Associação Brasileira de Telecomunicação. **TELEBRASIL**. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Ministério da Comunicação. **Telecomunicação**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Programa para o Desenvolvimento Produtivo – PDP.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – **RAIS**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2009.

CPQD. **Setor de Serviços de Telecomunicação**. Fev/2008

Fundação Instituto de Pesquisas Econômica. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – **IPT**. São Paulo 2009.

PARANÁ. Estado do Paraná. Curitiba, 2009.

SUZIGAN, Wilson. **Experiência histórica de política industrial no Brasil**. (Tópico 2 - Política Industrial: Enfoque e justificativa analítica). Revista de Economia Política, Vol. 16, n. 1, janeiro-março de 1996.